



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

052157

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

(Projeto de Lei nº. 005/17 – GR)

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei n.º 005, de 10 de fevereiro de 2017, do Poder Legislativo, que “**Institui o Banco de Óculo no Município de Formosa e dá outras providências.**”

**Relator: Vereador Carlos Moura**

- A proposta que ora chega para o exame deste órgão técnico propõe a instituição do “banco de óculos” no município de Formosa. Justifica o autor da proposta que o projeto visa ajudar quem tem problemas de visão e não consegue encomendar os óculos por falta de condições financeiras.
- Não foram apresentadas emendas neste órgão técnico. É o nosso relatório.
- A matéria de fundo versada na propositura - proteção e defesa da saúde - insere-se na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, inciso XII, da Constituição Federal) e também dos Municípios, já que lhes é dado complementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, inciso II, da Constituição Federal).
- Nesse sentido, é a lição de Fernanda Dias Menezes de Almeida, para quem: [...] a competência conferida aos Estados para complementarem as normas gerais da União não exclui a competência do Município de fazê-lo também. Mas o Município não poderá contrariar nem as normas gerais da União, o que é óbvio, nem as normas estaduais de complementação, embora possa também detalhar estas últimas, modelando-as mais adequadamente às particularidades locais. (In, Competências na Constituição de 1988,

**Praça Rui Barbosa 70 – Centro – Fone (61) 3631-1772 – CEP: 73.801-220 – Formosa-GO**

**www.camarafsa.go.gov.br**

**e-mail: camarafsa@camarafsa.go.gov.br**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

4ª edição, São Paulo: Atlas, p. 125.)

- Em outro aspecto, consoante o disposto nos artigos 30, inciso I, da Constituição Federal compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo com idêntica redação no artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica Municipal. Nesse diapasão, estando a propositura relacionada à proteção da saúde, observa-se a concretização do dever constitucional imposto ao Poder Público de proteção à saúde, insculpido no art. 196, caput, do Texto Maior, in verbis:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

- Assim ante a legalidade e constitucionalidade da proposta votamos pela discussão e votação do Projeto de Lei pelo Plenário

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2017.

Presidente: 

Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Relator: 

Praça Rui Barbosa 70 – Centro – Fone (61) 3631-1772 – CEP: 73.801-220 –  
Formosa-GO

[www.camarafsa.go.gov.br](http://www.camarafsa.go.gov.br)

e-mail: [camarafsa@camarafsa.go.gov.br](mailto:camarafsa@camarafsa.go.gov.br)